

## **RELATÓRIO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE - ANO 2020**

### **INTRODUÇÃO**

A Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, instituída pela Portaria GP nº 538/2018, tem como pressuposto a adoção de políticas de acessibilidade e inclusivas baseadas no conceito de desenho universal e que contribuam para remover barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, garantindo desse modo o amplo e irrestrito acesso e a integração de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na Justiça do Trabalho da 16ª Região, em consonância com os artigos 10 e 11 da Resolução CNJ nº 230, de 22 de junho de 2016.

A Comissão de Acessibilidade realizou 11 reuniões em 2020, a maioria por intermédio da plataforma Google Meet devido à pandemia Covid-19. Em 2019, foram feitas nove reuniões presenciais. Desde 2019, parte das reuniões tem contado com expressivas participações de advogados representantes de Comissões da OAB-MA, incluindo a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência daquela instituição. A participação da OAB amplia a compreensão da acessibilidade, contribuindo na promoção do acesso à Justiça de advogados e jurisdicionados.

A Comissão de Acessibilidade faz parte do Sistema de Governança Institucional do TRT da 16ª Região, cujas atribuições estabelecidas na PORTARIA GP nº 538/2018, e atual composição definida na PORTARIA GP Nº 834/2018, constam no site do Tribunal<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Link no site do Tribunal: <https://www.trt16.jus.br/governanca-institucional/comites-e-comissoes>

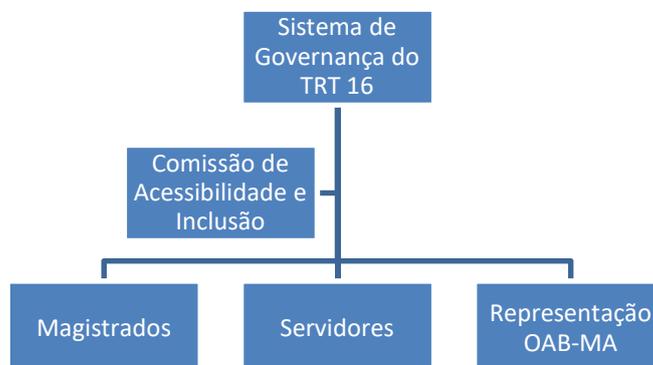


TRT-16ª REGIÃO

Maranhão

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Comissão de Acessibilidade e Inclusão



Atualmente a Comissão é coordenada por uma pessoa com deficiência, a juíza titular da 6ª Vara do Trabalho de São Luís, Dra Juacema Aguiar Costa, tendo como vice-presidente o juiz Dr Carlos Gustavo Brito Castro. São ao todo 11 membros, sendo dois magistrados e nove servidores incluindo pessoas com deficiência.

### APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base no valor *acessibilidade* do *Plano Estratégico do TRT 16ª Região 2015-2020*, apresenta-se abaixo uma tabela com resultados alcançados pela Comissão de Acessibilidade em 2020.

Valor: Acessibilidade			
Estratégia	Prática	Descrição	Controle
Relacionamento com as partes interessadas	Reuniões interinstitucionais	Participação de representantes da OAB-MA na Comissão	- Registro em ata de reuniões - Inserção de atas no PA nº 137/2011

Registre-se que, apesar das limitações impostas pela pandemia, ações de acessibilidade mapeadas constaram no relatório encaminhado à Coordenadoria de Gestão Estratégica como parte das contribuições para a conquista do Selo Prata do Prêmio CNJ de Qualidade 2020. Foram mapeadas nove ações sendo algumas iniciativas das próprias unidades e outras decorrentes de proposições da Comissão de Acessibilidade, alinhadas ao Plano Estratégico do TRT 16 2015-2020, conforme tabelas a seguir:

#### **Iniciativas da Comissão de Acessibilidade**

##### **Perspectiva: Sociedade**

##### **Tema: Cidadania e Efetividade**

**Meta 19:** Aumentar, anualmente, o índice de promoção da cidadania e integração com a sociedade.

<b>Prática</b>	<b>Descrição</b>	<b>Controle</b>
Acessibilidade no Cejusc	Formulação de proposta	Reuniões setoriais
Leitura acessível	Sugestões de uso de fontes legíveis para pessoas com baixa visão na impressão de informativos ao público	Propostas (Doc. 139) enviadas através do PA 137/2011 para a Presidência, com resposta em 16/06/2020 (Doc. 141) para



**TRT-16ª REGIÃO**

Maranhão

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Comissão de Acessibilidade e Inclusão

		execução após retorno presencial.
Plano de Acessibilidade TRT16	Processo de elaboração com base na Resolução CNJ nº 230/ 2016	Reuniões setoriais
Banheiros acessíveis	Sugestões de acessibilidade de baixo custo	Propostas (Doc. 139) enviadas através do PA 137/2011 para a Presidência, com resposta em 16/06/2020 (Doc. 141) para execução após retorno presencial.
Mobilidade	Sugestão de protocolo de sinalização em caso de obras ou serviços de manutenção de infraestrutura nas áreas de circulação	Propostas (Doc. 139) enviadas através do PA 137/2011 para a Presidência, com resposta em 16/06/2020 (Doc. 141) para execução após retorno presencial.



**TRT-16ª REGIÃO**

Maranhão

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Comissão de Acessibilidade e Inclusão

Educação e acessibilidade	Sugestões de temas de acessibilidade para o Plano Anual de Capacitação da EJUD16	Encaminhamento de Memo de COMPAI nº 001/2020, em 4/2/2020
---------------------------	--	---

**Iniciativas de unidades: CTIC, Setor de Apoio ao PJe, Setor de Comunicação**

**Perspectiva: Sociedade**

**Tema: Cidadania e Efetividade**

**Meta 19:** Aumentar, anualmente, o índice de promoção da cidadania e integração com a sociedade.

<b>Prática</b>	<b>Descrição</b>	<b>Controle</b>
Reformulação do Portal TRT16	Assegurar recursos de acessibilidade no Portal	Compatibilidade com softwares de leitura de tela (ASES e NVDA) e de tradução em libras (VLIBRAS), habilitação de navegação por teclas, possibilidade de ajuste de tamanho de fonte e de



**TRT-16ª REGIÃO**

Maranhão

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Comissão de Acessibilidade e Inclusão

		contraste e ainda aumento de área de click nos menus
Atualização de recursos de acessibilidade no PJe	Garantir novos recursos e sanar os defeitos de acessibilidade	CSJT
Notícia com acessibilidade	Divulgação de imagens com legenda descritiva nas notícias divulgadas no Portal do TRT 16	Publicação no site do TRT

### **Plano de Acessibilidade**

Foi encaminhado para administração do Tribunal, através do PA nº 137/2011, uma proposta de Plano de Ações de Acessibilidade - Ano 2020/2021, tendo também por fundamento, em especial, os Artigos 10 e 11 da Resolução CNJ nº 230/2016, com ações vinculadas aos temas: infraestrutura (prédios acessíveis), acesso, à informação, mobilidade, audiências e sessões inclusivas, educação inclusiva e gestão de pessoas.

O Plano de Acessibilidade encontra-se em fase de formulação e tem sido objeto de reuniões setoriais tais como as que já foram realizadas com gestores da Diretoria-Geral, Serviço de Orçamento e Finanças e Setor de Engenharia. A Comissão de Acessibilidade e Inclusão pretende dar continuidade à agenda de reuniões com outras unidades do Tribunal, buscando a participação de magistrados, servidores, terceirizados e estagiários, bem como de pessoas com deficiência, de modo a assegurar a horizontalidade no planejamento e acompanhamento das ações.

### **Proposta de acessibilidade no CEJUSC**

Baseada no conceito de desenho universal, bem como no cumprimento de seu papel de contribuir na formulação de medidas que visem a redução de barreiras às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a Comissão de Acessibilidade submeteu à administração do Tribunal a proposta de mudança do Cejusc para o andar térreo do Fórum Astolfo Serra (FAS), conforme consta no PA nº 1413/2018. Essa proposta visa também reduzir o fluxo de pessoas nos elevadores, diminuir custos com energia e manutenção do equipamento, além de assegurar medidas de segurança sanitária contra a Covid-19.

Os encaminhamentos das sugestões de viabilidade de mudança do Cejusc para o andar térreo foram feitos a partir de ampla discussão na Comissão com a participação de advogados e de representantes da OAB-MA. Também foram realizadas reuniões com o Diretor-Geral, a secretária de Orçamento e Finanças, coordenação do Cejusc e juiz Auxiliar da Presidência. A proposta encontra-se em fase de estudo pelo Tribunal.

### **Perspectiva de ações para 2021**

A Comissão de Acessibilidade pretende estabelecer canal de interlocução com outras comissões do Tribunal, a exemplo do Comitê Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro para ações conjuntas de proteção da saúde da trabalhadora e do trabalhador com deficiência e de ações que assegurem o direito ao trabalho à pessoa com deficiência.

A Comissão solicitou ao Setor de Saúde dados, pesquisa ou estudo sobre afastamento das atividades laborais no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e Varas Trabalhistas em decorrência de doenças ocupacionais. Tais informações servirão de subsídio para o planejamento de ações que contemplem acessibilidade, ergonomia e prevenção de doenças ocupacionais neste Regional.